



São Paulo 27 a 29 de julho 2022.

Influência do Critério de Mensuração das Propriedades para Investimento na Persistência dos Lucros: Um Estudo com Empresas de Exploração de Imóveis Listadas na [B]³

HUGO LUCINDO FERREIRA

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

ADÉLIA MARINA DE CAMPOS CURSINO

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

LAURA EDITH TABOADA PINHEIRO

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

BRUNA CAMARGOS AVELINO

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

VALÉRIA FULLY GAMA BRESSAN

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

Resumo

O objetivo deste estudo foi analisar a influência da escolha contábil do critério de mensuração das propriedades para investimento (PPI) na persistência do lucro líquido das empresas exploradoras de imóveis listadas na [B]³. Para compor a amostra do estudo, foram selecionadas as empresas de capital aberto, listadas na [B]³, que são classificadas no segmento “Exploração de Imóveis” e que possuíam saldo na conta “Propriedade para Investimento”. O período de estudo compreendeu 2010 a 2020, com informações anuais, sendo considerado o início da série o ano de 2010 dado o ano de entrada em vigor do CPC 28 – Propriedade para Investimento. Algumas empresas não apresentaram dados completos para todos os anos e, por isso, a amostra final fez um total de 121 observações, considerando 12 empresas em um intervalo temporal de 11 anos. Os dados foram coletados do banco de dados Economatica®. Foi realizada uma análise descritiva dos dados e uma estimação por GMM, a fim de cumprir com o objetivo proposto. Em geral, os resultados da análise exploratória dos dados apontam para um melhor desempenho econômico para as empresas que utilizam o custo histórico como critério de mensuração para as propriedades para investimento em relação às companhias que adotam o valor justo. Com relação à persistência dos lucros, foi observado que as empresas do segmento exploração de imóveis apresentam, em geral, um lucro persistente no período estudado. Contudo, percebe-se uma redução nesta persistência ao verificar apenas as empresas que optaram pelo valor justo para mensuração das propriedades para investimento, indicando que não há persistência no lucro das entidades que fazem essa opção. A contribuição deste estudo consiste no fato de verificar a influência do critério de mensuração dos PPI na persistência do lucro e, como consequência, na qualidade dos lucros.

Palavras-chave: Propriedades para investimento, Persistência dos lucros, GMM, Custo histórico, Valor justo.



São Paulo 27 a 29 de julho 2022.

1. INTRODUÇÃO

Ao analisar as organizações, os investidores se preocupam com a manutenção e a consistência dos lucros gerados. Logo, o lucro é uma importante informação para a análise realizada pelos investidores (Kolozsvári & Macedo, 2016).

O conceito de qualidade dos lucros é fundamental para os campos da contabilidade e finanças, uma vez que os lucros são as informações contábeis mais importantes para os usuários (Dichev, Graham, Harvey & Rajgopal, 2013). Nesse contexto, Lev (1983) define a persistência dos lucros como a ocorrência constante dos lucros, ou seja, a não eventualidade deles.

Dechow e Schrand (2004) afirmam que a alta qualidade das informações contábeis reflete no desempenho operacional das companhias, sendo um bom indicador para o desempenho operacional futuro. Com isto, pode-se inferir que é desejável uma alta qualidade das informações contábeis reportadas pelas companhias, pois estas podem afetar a tomada de decisões por parte dos investidores e demais usuários destas informações.

Dechow e Dichev (2002) salientam que a qualidade da informação contábil está inversamente relacionada ao elevado grau de gerenciamento de resultados e, com isso, é possível captar a prática de gerenciamentos de resultados pela mensuração de acumulações discricionárias (*accruals*).

Já a escolha contábil é a decisão por uma alternativa, dentre várias, para mensuração ou divulgação contábil. A escolha contábil tem o objetivo de influenciar o sistema de contabilidade e a saída de informação em relatórios e demonstrações financeiras (Fields, Lys & Vincent, 2001). Os defensores do valor justo ressaltam que este método é mais transparente por refletir as condições atuais do mercado, enquanto os contrários à sua utilização enfatizam a distorção nos preços motivada pela ineficiência do mercado (Laux & Leuz, 2009). A escolha pelo modelo do valor justo resulta em ganhos ou perdas não realizadas que afetam o resultado das companhias (Tapli, Yuan & Brown, 2014).

Yao, Percy, Stewart & Hu (2017) verificaram a relação da presença de ativos mensurados por valor justo e a persistência do lucro de empresas financeiras de todo o mundo, por meio do banco de dados do *Bankscope*, durante o período de 2009 a 2013. Os achados indicaram que o valor justo tende a aumentar a persistência do lucro para este tipo de empresa. Já Santos e Silva (2020) encontraram, em seu estudo, uma redução na persistência do lucro ao adotar o valor justo como critério de mensuração dos ativos.

Em meio à discussão se inserem as Propriedades para Investimento que, de acordo com a IAS 40 – *Investment Properties*, são definidas como terrenos e/ou edifícios, em parte ou ambos, que mantidos pelos proprietários ou pelos arrendatários em arrendamento financeiro, possuem o objetivo de auferir aluguel e/ou valorização do capital, não podendo ser usados na produção de bens e serviços ou serem vendidos no curso ordinário do negócio (IAS 40, item 5).

Esse trabalho ressalta que dentre as mudanças ocorridas com a adoção das normas internacionais de contabilidade no Brasil, está a utilização do valor justo como alternativa para a mensuração contábil de ativos não financeiros, advinda da norma IAS 40, cujo equivalente nacional é o CPC 28 - Propriedades para Investimento (PPI). No CPC 28, há a liberdade de escolha para a mensuração dos ativos classificados como Propriedades para Investimento. As alternativas possíveis são o custo histórico (CH) ou o valor justo (VJ) (Edwards & Bell, 1961; Iudícibus & Martins, 2007).

Uma vez optado pela avaliação por custo histórico, não há impactos no resultado do período, exceto em caso de depreciação ou perda por *impairment*. Contudo, se a empresa opta



São Paulo 27 a 29 de julho 2022.

pela mensuração a valor justo, as alterações de valor refletem diretamente no resultado do exercício, podendo contribuir para o aumento ou redução do lucro líquido, afetando a qualidade das informações contábeis e a tomada de decisão pelas partes interessadas.

A partir desse contexto, chega-se à seguinte pergunta de pesquisa: **Qual a influência da escolha contábil do critério de mensuração das propriedades para investimento na persistência do lucro líquido das empresas exploradoras de imóveis listadas na [B]³?**

Derivado desta pergunta de pesquisa, o objetivo deste estudo é analisar a influência da escolha contábil do critério de mensuração das propriedades para investimento na persistência do lucro líquido das empresas exploradoras de imóveis listadas na [B]³.

O estudo justifica-se pelo fato de que a escolha do critério de mensuração é facultada à empresa, devendo ela optar entre valor justo e custo histórico. Com isso, há possibilidade de a empresa escolher aquela metodologia que seja mais vantajosa no sentido de gerar resultados econômicos. Assim, estudar o impacto da opção pelo critério de mensuração das PPI na persistência do lucro contribui para a discussão sobre a qualidade da informação contábil, visto a possibilidade de gerenciamento de resultados por parte da empresa. Nesse sentido, o estudo contribui para a literatura, uma vez que não foram encontrados estudos com esta abordagem e também tem potencial para auxiliar investidores na tomada de decisão de investimentos.

O estudo é relevante por contribuir com o entendimento da sustentabilidade do lucro líquido das empresas, que pode dar maior embasamento à tomada de decisões dos usuários (Kolozsvari & Macedo, 2016), além do fato de que a persistência dos lucros pode dar maiores possibilidades de manutenção das atividades empresariais, gerando impacto social e econômico, como manutenção e ampliação de empregos, aumento da atividade econômica, entre outros.

2. REVISÃO DA LITERATURA

A revisão da literatura apresenta as discussões quanto às escolhas contábeis e à persistência dos lucros. Além disso, serve de base para a análise dos dados coletados e para a interpretação dos resultados obtidos.

2.1. Escolha contábil em Propriedades para Investimento

As escolhas contábeis envolvem um agrupamento de atividades, que podem afetar os números contábeis e maior atenção deve ser dada àquelas que possuem impacto direto no lucro ou no fluxo de caixa das empresas (Francis, 2001).

De acordo com Hu, Li e Zhang (2014), escolhas conservadoras podem ser observadas quando há reconhecimento de perdas no resultado desde que prováveis. Essas escolhas também são identificadas quando há o adiamento do reconhecimento de ganhos até que sejam verificáveis. Para Basu (1997), o conservadorismo contábil se refere à escolha contábil de reconhecimento assimétrico de perdas e ganhos econômicos. Ainda segundo o autor, os gerentes possuem incentivos para divulgar voluntariamente más notícias e suprimir boas notícias sobre a empresa. Isso se dá com o intuito de não reportar informações contábeis mais otimistas do que realmente são.

No que tange à discussão entre escolhas contábeis conservadoras e oportunistas, Cunha, Silva e Rohenkohl (2019) salientam que a escolha conservadora prima por reportar informações menos otimistas aos usuários para reportar riscos e incertezas dos negócios a estes. Ainda segundo os autores, a escolha oportunista, observada principalmente pelo gerenciamento de resultados, possui o objetivo de mascarar resultados com vistas a trazer benefícios particulares, sem se preocupar com os interesses dos usuários da informação.



São Paulo 27 a 29 de julho 2022.

A opção pela relevância e confiabilidade é a discussão principal na escolha contábil no que tange a mensurar ativos pelo valor justo e/ou pelo custo histórico (Fasan & Marcon, 2018).

De acordo com o IAS 40, a entidade deve mensurar inicialmente as Propriedades para Investimento ao custo histórico mais os custos de transação (IAS 40, item 20). No reconhecimento posterior das PPI, a entidade deve escolher sua política contábil e avaliá-la pelo método de custo ou pelo método de valor justo, devendo aplicar esta política para todas as suas PPI (IAS 40, item 30).

Após a adoção das normas internacionais nos países europeus em 2005, diversos estudos foram realizados para compreender os incentivos gerenciais da escolha contábil na mensuração das PPI pelo modelo de valor justo. Foi evidenciado que a assimetria informacional, os custos de agência e o oportunismo gerencial podem influenciar a escolha pelo modelo do valor justo em detrimento do custo histórico na mensuração das Propriedades para Investimento (Cotrim, Zanolla & Carmo, 2020). Nesse sentido, quando se trata das Propriedades para Investimento (PPI) e a discussão sobre escolhas contábeis para sua mensuração, faz-se necessário um maior debate quanto à qualidade da informação contábil, notadamente a persistência dos lucros.

2.2. Qualidade da informação contábil e a persistência dos lucros

A qualidade das informações contábeis pode ser considerada como um conjunto de diversos atributos como: conservadorismo, persistência dos resultados, gerenciamento de resultados contábeis, qualidade na mensuração dos *accruals*, transparência, relação dos números contábeis com o desempenho dos preços das ações ou do valor de mercado da firma e nível de *disclosure* (Dechow, Ge & Schrand; 2010). Sendo a persistência uma das qualidades da informação contábil, a característica de predição é a responsável pelo interesse em torno da persistência dos resultados contábeis, pois esta característica propicia uma melhor avaliação dos ativos das companhias (Palepu, Healy & Bernard; 2004), em especial nas empresas exploradoras de imóveis.

Quando os lucros correntes de uma empresa podem ser estimados pelos lucros defasados, tem-se a persistência dos lucros (Dechow, Ge & Schrand; 2010). Dechow e Schrand (2004) assumem que a persistência é um parâmetro significativo de qualidade quando os lucros refletem o desempenho no período e esse desempenho persiste nos períodos seguintes. Ou seja, a persistência dos lucros determina a qualidade deles, quando os resultados representam o desempenho da organização com fidedignidade e o desempenho persiste no futuro.

Schipper e Vincent (2003) relacionam a persistência à percepção de permanência e transitoriedade dos lucros. Para os autores, a persistência também é um constructo de qualidade da informação, uma vez que os investidores a utilizam no processo decisório, em especial na avaliação das empresas. Nesse sentido, Paulo, Cavalcante e Melo (2012) apontam que o interesse pela persistência dos lucros está na capacidade de prever resultados futuros e, conseqüentemente, utilizá-los como ferramenta de avaliação dos ativos.

Wuerges, Cupertino, Siqueira e Costa (2009) argumentam que o conteúdo informacional é mais preciso quando se trata de dados contábeis mais recentes. Além disso, os autores relatam que bons resultados impactam mais fortemente os resultados do período subsequente.

A persistência pode estar associada com o risco da informação, já que uma maior persistência está ligada a um fluxo de ganhos mais sustentável. Uma vez que os ganhos são persistentes, os investidores demonstram menores preocupações com as alterações nos ganhos dos períodos futuros (Francis et al., 2004).

Duas correntes de pesquisa se ocupam do estudo da persistência como uma propriedade do lucro. A primeira corrente sustenta que uma maior persistência dos lucros contábeis renderá



São Paulo 27 a 29 de julho 2022.

melhores resultados ao modelo de avaliação patrimonial. Com isso, quanto maior a persistência maior a qualidade da informação. A segunda corrente tenta responder se o lucro contábil pode ser usado como decisão útil, considerando que ele aumenta o resultado da avaliação patrimonial. Isso acontece, pois empresas que possuem lucro contábil mais persistente têm lucro/fluxo de caixa mais sustentável, o que impacta positivamente na avaliação patrimonial da empresa e, conseqüentemente, no retorno de suas ações (Dechow et al., 2010), por isso é importante analisar a influência da escolha contábil do critério de mensuração das propriedades para investimento na persistência do lucro líquido das empresas exploradoras de imóveis.

2.3. Estudos correlatos

Na busca por estudo correlatos verificou-se que há trabalhos que investigaram a relação entre persistência e forma de mensuração e outros trabalhos que analisaram especificamente PPI e formas de mensuração. Nesse sentido, alguns serão mencionados neste tópico com o intuito de fomentar e balizar a discussão aqui proposta.

Batista e Paulo (2020) analisaram se as empresas brasileiras do setor de Exploração de Imóveis apresentavam números contábeis conservadores e se havia diferença conforme o modelo de mensuração escolhido. Os resultados indicaram que as empresas do setor de Exploração de Imóveis não apresentaram indícios de conservadorismo e que não há diferença entre esse comportamento que possa ser atribuída à escolha contábil quanto ao modelo de mensuração das PPIs.

Com o objetivo de analisar as escolhas contábeis (método de custo histórico ou valor justo) adotadas pelas empresas do subsetor de exploração de imóveis, listadas na B3, quanto à adoção do CPC 28 – Propriedades para Investimento, Hassim, Paulucci e Ciasca (2019) observaram que das 12 empresas analisadas, cerca de 58% optaram pelo método de valor justo como mensuração. Segundo os autores o resultado permite concluir que, entre as seis empresas com maiores valores de propriedades para investimento, quatro adotaram valor justo. Assim como o índice de endividamento foi um dos fatores que justificaram a escolha do método, considerando o índice acima de 65% como elevado, as empresas que estavam inclusas nesse parâmetro também optaram por valor justo.

Objetivando mensurar os *accruals* discricionários das empresas brasileiras de locação de imóveis, Alcoforado, Silva e Ávila (2019) sugerem que empresas optantes pelo custo histórico tendem a apresentar *accruals* mais baixos que as optantes do valor justo. Além disso, os autores realizaram análises comparando o nível do lucro líquido e o nível dos *accruals* discricionários retornados pelo modelo econométrico e essas comparações levantam a possibilidade de que as empresas optantes do valor justo possuem maior potencial de manipulação dos resultados do que as empresas optantes da mensuração pelo custo histórico.

Pinto, Martins e Silva (2015) pretenderam mostrar que o modelo de negócio das empresas de capital aberto do mercado brasileiro, que são gestoras de imóveis, explica suas escolhas contábeis de mensuração das propriedades para investimento. Os resultados indicaram que o modelo de negócio diferenciado das empresas explica suas distintas escolhas contábeis de mensuração das propriedades para investimento. Os autores observaram que há consistência entre os modelos de negócios e as escolhas contábeis, corroborando os resultados anteriores.

Souza, Botinha, Silva e Lemes (2015) investigaram a escolha do modelo de custos versus a escolha do modelo de valor justo para propriedades para investimento (PPI), uma opção assegurada por força da Norma Internacional de Contabilidade (*International Accounting Standard* – IAS 40). A pesquisa foi realizada com companhias abertas brasileiras e portuguesas, nos períodos de 2010 a 2012. Os autores constataram que, apesar das escolhas contábeis permitidas pela IAS 40, houve uma comparabilidade média entre as práticas contábeis das



São Paulo 27 a 29 de julho 2022.

entidades desses países, porém, com decréscimo do índice ao longo dos anos. Como explicação para essa constatação, apontara a auditoria realizada por uma das big four, o endividamento das empresas, a relevância relativa do saldo de PPI, o lucro líquido e a menor experiência do Brasil na utilização do método do valor justo para avaliação das PPI.

Santos e Silva (2020) investigaram o impacto da mensuração de ativos pelo valor justo na persistência do lucro de empresas não financeiras da América Latina. De forma contrária ao estudo de Yao et al. (2017), os resultados apontaram para uma redução na persistência do lucro das empresas não financeiras quando estas optam pela mensuração dos ativos a valor justo.

Brunozi Júnior, Ott, Menegat e Webber (2017) investigaram a relação entre o gerenciamento de resultados, os *accruals* discricionários e a persistência dos resultados contábeis na América Latina. Os pesquisadores encontraram evidência de que o gerenciamento da informação contábil pode diminuir a persistência do lucro numa amostra de 242 empresas brasileiras no período de 2003 a 2015.

Pimentel e Aguiar (2012) analisaram a persistência dos lucros trimestrais no período de 1995 a 2011 de empresas pertencentes ao mercado de capitais brasileiro. Os autores verificaram que a maioria das empresas apresenta persistência dos lucros, que não difere significativamente de zero, e, algumas apresentam persistência negativa dos lucros. Verificaram ainda uma correlação positiva e significante entre o tamanho da empresa e a persistência dos lucros.

Silva, Bonfim, Niyama e Silva (2017), analisaram a persistência do resultado, antes e após a adoção das IFRS no Brasil, medindo a capacidade do lucro atual em prever o lucro futuro. Os autores analisaram as empresas listadas na B3 nos períodos de 2003 a 2007 e de 2010 a 2014, e concluíram que a convergência para as normas internacionais de contabilidade aumentou a persistência dos lucro no Brasil.

Com o objetivo analisar o efeito da relação entre *book-tax difference* (BTD Total e Temporária) sobre a persistência de resultados durante o Regime Tributário de Transição e após a Lei nº 12.973, Lopes, Macedo e Neto (2021), utilizaram uma amostra das companhias não financeiras abertas listadas na B3. Foram analisadas 1.985 observações dos anos de 2005 e 2017. Os autores constataram que a persistência de resultados do ano anterior possui relação positiva com a persistência atual independente do período analisado, sugerindo que o mercado é capaz de prever desempenhos futuros a partir dos lucros correntes.

Não foram encontrados estudos que verificassem a influência específica do critério de mensuração das PPI na persistência do lucro das empresas, o que reforça a relevância desta pesquisa, que tem potencial de preencher essa lacuna.

3. METODOLOGIA

3.1. Tipologia, amostra e coleta de dados

A presente pesquisa caracteriza-se, quanto ao objetivo, como descritiva, quanto ao procedimento como documental e, quanto a abordagem do problema, categoriza-se como quantitativo.

Para compor a amostra do estudo, foram selecionadas, inicialmente, todas as empresas de capital aberto listadas na [B]³ que são classificadas no segmento “Exploração de Imóveis”. Essa escolha se justifica pelo fato de que organizações que possuem tal tipo de atividade econômica apresentam grande representatividade das propriedades para investimento em relação ao ativo total (como indicam os próprios dados estudados), sendo mais relevante a escolha por custo ou valor justo nesse grupo de entidades. Das 15 empresas listadas, três empresas foram excluídas por não apresentarem dados no período analisado ou por não terem saldo na conta “Propriedades para Investimento”. Dessa forma, 12 empresas compõem a amostra do estudo, conforme detalhado na Figura 1.

São Paulo 27 a 29 de julho 2022.

Empresas		
ALIANSCSONAE	GENERALSHOPP	JEREISSATI
BR MALLS PAR	HABITASUL	LOG COM PROP
BR PROPERT	HBR REALTY	MULTIPLAN
COR RIBEIRO	IGUATEMI	SAO CARLOS

Figura 1 - Empresas que compõem a amostra

Fonte: elaborado pelos autores

Para o recorte temporal, estabeleceu-se o período de 2010 a 2020, sendo considerado o início da série o ano de 2010, dado ser o ano de entrada em vigor do CPC 28 – Propriedade para Investimento. Algumas empresas não apresentaram dados completos para todos os anos e, por isso, a amostra final fez um total de 121 observações, considerando 12 empresas em um intervalo temporal de 11 anos. Os dados foram coletados do banco de dados Economatica©.

3.2. Variáveis da pesquisa e modelo econométrico

Em um primeiro momento, cabe discutir a persistência do lucro. Em geral, tem-se o modelo de Dechow, Ge e Schrand (2010), que é disposto na Equação 1.

$$L_{it} = \alpha + \beta_1 L_{it-1} + \varepsilon_{it} \quad (1)$$

Onde:

L_{it} : Lucro da empresa i no período t ;

L_{it-1} : Lucro da empresa i no período $t-1$; e

ε_{it} : Termo de erro do modelo de regressão.

Partindo deste modelo e para capturar a influência do critério de mensuração das propriedades para investimento na persistência do lucro líquido, foram adicionadas algumas variáveis ao modelo, como é apresentado na Tabela 1. Ressalta-se que, neste estudo, optou-se por dividir o lucro líquido, tanto o do ano corrente quanto o defasado, pelo ativo total daquele período, a fim de contornar problemas de diferença de tamanho das empresas na amostra, tal qual utilizado por Santos e Silva (2020).

Tabela 1 - Variáveis que compõem o modelo			
Variáveis independentes	Proxy	Sinal esperado	Estudos Anteriores
LSAT _{t-1}	Lucro líquido do exercício anterior (t-1), dividido pelo ativo total de t-1	+	Arruda, Vieira, Paulo & Lucena (2015) Santos & Silva (2020)
VJ	Dummy: 1 se mensuração por valor justo; 0 se mensuração por custo	x	x
VJ*(LSAT _{t-1})	Variável de interação entre a dummy de VJ e LSAT(t-1)	+/-	Proposição da pesquisa
LN_AT	Logaritmo Natural do Ativo Total da empresas	+	Santos & Silva (2020)

Fonte: elaborado pelos autores.

A variável VJ tem como função identificar a escolha do critério de mensuração das PPI. Ela recebe valor 1 quando a empresa opta por valor justo para mensuração das PPI e 0 se opta por custo histórico. Ela foi utilizada no modelo multiplicando a variável Y defasada (LSAT_{t-1}), a fim de identificar se há impactos da escolha contábil da metodologia de apuração das PPIs na

São Paulo 27 a 29 de julho 2022.

persistência dos lucros das empresas em análise. Com ela, é possível identificar se as empresas que utilizam o Valor Justo como critério de mensuração das PPI obtêm lucro mais ou menos persistentes que as demais. Como variável de controle, utilizou-se a variável LN_AT, que tem como objetivo controlar o efeito tamanho entre as diferentes empresas que são componentes da amostra do estudo.

Espera-se que a variável LSAT_{t-1} apresente sinal positivo, visto que a literatura aponta para uma influência positiva e significativa entre o lucro do período anterior no lucro do período atual (Arruda et al., 2015; Santos & Silva, 2020), o que representa a persistência do lucro líquido. Já a variável de controle LN_AT, é esperado um sinal positivo e significativo, visto que quanto maior a empresa, maior tende a ser o seu lucro líquido, como encontrado a literatura (Santos & Silva, 2020).

Depois de abordado o modelo, apresenta-se o tratamento dos dados para fim de atender aos objetivos da pesquisa. Inicialmente, foi realizada a análise descritiva de dados, que teve por objetivo investigar o comportamento geral dos dados da amostra e dar indícios com relação à influência do critério de mensuração das PPI na persistência do lucro líquido das empresas componentes da amostra. Para tal análise, foram calculadas medidas como média, mediana, desvio padrão, mínimo e máximo das variáveis numéricas da pesquisa, segregadas de acordo com os critérios de mensuração.

Em seguida, foi empregada a estimação pelo Método dos Momentos Generalizado (GMM), uma vez que ao se utilizar a defasagem da variável dependente como regressor, é criado um problema de endogeneidade no modelo, o que tira a eficiência da estimação dos modelos de regressão com dados em painel (*pooled*, efeitos fixos e efeitos aleatórios). O Método dos Momentos Generalizado ou *Generalized Method of Moments* (GMM) se fundamenta em um sistema de equações em que os mecanismos que são utilizados nas equações, em níveis, são as primeiras diferenciações das séries defasadas (Castro Junior & Yoshinaga, 2012). Blundell e Bond (1998) ressaltam que o GMM evidencia a premissa de que as primeiras diferenças do modelo das variáveis instrumentais não são correlacionadas com os erros. Os autores ainda complementam que uma das principais vantagens da utilização do GMM em pesquisas é o fato de que esta abordagem possui premissas menos restritivas quando comparadas às exigidos pelos modelos tradicionais de dados em painel.

A estimativa do GMM é amplamente utilizada, pois supera todos os outros estimadores em termos de viés e eficiência (Soto, 2009), sendo o GMM superior em relação a outros estimadores (Blundell & Bond; 1998). Fonseca e Silveira (2016) corroboram, afirmando que o GMM é bastante utilizado por ser capaz de resolver os problemas de endogeneidade quando ocorre a ausência de instrumentos estritamente exógenos.

Para garantir a robustez dos resultados da estimação por GMM, foram realizados os seguintes testes: VIF de multicolinearidade das variáveis independentes; de Phillips-Perron para verificar a estacionariedade dos regressores; de autocorrelação de Arellano e Bond; de Sargan/Hansen, para verificação da exogeneidade dos instrumentos; e de Diferença de Hansen, para validação do GMM sistêmico. Os resultados dos referidos testes encontram-se na seção 4.2 deste estudo e para os testes estatísticos, adotou-se o nível de significância de 5%. O modelo estimado é apresentado na equação 2.

$$LSAT_{it} = \lambda LSAT_{i,t-1} + \beta_1 VJ_{it} + \beta_2 VJ * LSAT_{i,t-1} + \beta_3 LN_AT_{it} + v_{it} \quad (2)$$

Onde:

LSAT_{it}: Lucro líquido sobre ativo total da empresa i no período t;

λ: coeficiente da persistência do lucro;

São Paulo 27 a 29 de julho 2022.

β : coeficientes angulares das variáveis independentes;

u_{it} : termo de erro composto pelo efeito individual específico não observado e o erro usual da regressão; e

As variáveis independentes foram descritas na Tabela 1.

A persistência do lucro é mensurada pelo coeficiente λ , que multiplica a variável $LSAT_{i,t-1}$. Quanto maior e positivo for este coeficiente, mais persistente é o lucro da amostra em estudo. Para verificar o efeito da escolha do critério de mensuração das PPI na persistência do lucro, utilizou-se o método proposto por Santos e Silva (2020), que consiste na soma dos coeficientes λ e β_2 , como demonstrado a seguir:

$$\lambda LSAT_{i,t-1} + \beta_1 VJ_{it} + \beta_2 VJ * LSAT_{i,t-1} \quad (a)$$

$$LSAT_{i,t-1}(\lambda + \beta_2 VJ_{it}) + \beta_1 VJ_{it} \quad (b)$$

$$LSAT_{i,t-1}(\lambda + \beta_2 * 1) + \beta_1 VJ_{it} \quad (c)$$

$$LSAT_{i,t-1}(\lambda + \beta_2) + \beta_1 VJ_{it} \quad (d)$$

Como demonstrado em (b), coloca-se em evidência o lucro sobre o ativo total defasado. Em seguida, como a variável VJ assume valor 1 em caso da opção da empresa pela mensuração das PPI ser por valor justo, multiplica-se o β_2 por 1 (c), chegando à conclusão de que a soma dos coeficientes λ e β_2 (d) é a medida que revela o impacto da opção por valor justo na persistência do lucro.

4. ANÁLISE E DISCUSSÃO DE RESULTADOS

4.1. Análise descritiva dos dados

O panorama geral da amostra com as diferenças dos resultados econômicos das empresas pelos diferentes critérios de mensuração pode ser visualizado por meio da estatística descritiva, na qual se tem o agrupamento dos 11 anos de análise divididos por opção de critério de mensuração das PPI – custo histórico ou valor justo. Os resultados são mostrados na Tabela 2.

Tabela 2 – Estatística descritiva dos dados referentes ao período de 2010 a 2020

Custo histórico para mensuração das PPI						
	LL	LL _{t-1}	AT	LSAT	LSAT _{t-1}	PPI/AT
Média	178.609	167.223	5.231.555	0,0354	0,0303	0,7246
Mediana	171.326	163.786	4.856.183	0,0402	0,0296	0,7808
Desvio padrão	221.822	200.092	3.796.443	0,0383	0,0582	0,1947
Coef. de variação	1,2419	1,1966	0,7257	1,0825	1,9223	0,2688
Mínimo	- 568.545	- 568.545	1.087.205	- 0,1045	- 0,1706	0,1414
Máximo	989.592	989.592	20.073.689	0,1100	0,1593	0,9345
Total de Observações		63			52,07%	
Valor justo para mensuração das PPI						
	LL	LL _{t-1}	AT	LSAT	LSAT _{t-1}	PPI/AT
Média	190.951	215.414	7.074.532	0,0155	0,0317	0,7477
Mediana	117.954	70.312	4.140.932	0,0170	0,0426	0,7918
Desvio padrão	469.960	476.998	6.321.677	0,0716	0,0441	0,1854
Coef. de variação	2,4612	2,2143	0,8936	4,6099	1,3909	0,2480

São Paulo 27 a 29 de julho 2022.

Mínimo	- 876.151	- 876.151	1.180.457	- 0,2793	- 0,1045	0,1414
Máximo	1.925.524	1.925.524	20.684.045	0,1593	0,1100	0,9345
Total de Observações		58			47,93%	

Fonte: elaborado pelos autores

Pode-se identificar, ao observar a Tabela 2, que a amostra se divide em dois grupos com quantidades próximas de observações, sendo que 63 (52,07%) observações mensuraram as PPI por custo histórico e 58 (47,93%) por valor justo. Das 12 empresas estudadas, duas alteraram este critério ao longo do período de análise.

Com relação à representatividade das PPIs em relação ao ativo total, os resultados também são semelhantes entre os dois grupos de observações, sendo que ambos apresentam mediana próxima a 0,8, indicando que quase a metade das empresas da amostra apresentam 80% do ativo total em propriedades para investimento, confirmando a importância desta rubrica para as empresas exploradoras de imóveis e reforçando a relevância de se estudar o efeito da escolha do critério de mensuração na persistência dos lucros destas empresas.

De forma geral, é possível inferir, ao observar o coeficiente de variação, que há maior dispersão no lucro das empresas que utilizam VJ, sendo mais que o dobro do que as empresas que optam por CH. Dada a alta dispersão (em ambos os casos, maior que a média e mediana), é mais indicado observar a mediana dessa variável. O LL das empresas optantes por CH foi de R\$ 171.326.000, indicando que 50% das observações apresentaram lucro superior a tal valor, que foi superior à mediana das organizações que mensuram as PPI por VJ (R\$ 117.954.000). Esse resultado corroboram ao que Taplin, Yuan e Brown (2014) apontaram em seu estudo com empresas chinesas.

O mesmo resultado é visualizado quando se analisa o LSAT, que mostra a representatividade do lucro em relação ao ativo total da entidade. Tanto a média quanto a mediana das empresas que utilizam CH alcançaram mais que o dobro da representatividade das entidades que optam por VJ. Este resultado, combinado com o apresentado no parágrafo anterior, sinaliza uma possível diferença entre o montante de lucro dos dois grupos, apontando as empresas que optam pela mensuração das PPI pelo custo histórico CH como mais lucrativas e, possivelmente, com maior qualidade/persistência destes lucros.

4.2. Estimação por GMM

Como elucidado na metodologia deste artigo, pelo fato de um dos regressores do modelo (LL_{it-1}) ser, justamente, a variável dependente (LL_{it}) defasada, não é adequada a utilização dos modelos tradicionais de regressão com dados em painel. Como alternativa, foi utilizado o GMM.

Inicialmente, realizou-se o teste VIF para multicolinearidade das variáveis independentes. Os resultados apontaram para uma não multicolinearidade destas, visto que a média VIF foi menor que 5 e todos os regressores também apontaram este valor inferior a 5. Em seguida, verificou-se a estacionariedade dos regressores, utilizando o teste de Phillips-Perron, cuja hipótese nula aponta que todos os painéis apresentam raiz unitária (ou não estacionária). Na Tabela 3, são apresentados os resultados dos testes para as variáveis independentes do modelo. Ressalta-se que foi adotado o nível de significância de 5% neste estudo.

Tabela 3 - Teste de Phillips-Perron para verificação da estacionariedade das variáveis do estudo

Variável	Estatística χ^2	p-valor
LSAT _{t-1}	1,9861	0,0235
LN_AT	7,5418	0,0000

São Paulo 27 a 29 de julho 2022.

Fonte: elaborado pelos autores

Como pode-se observar na Tabela 3, tanto a variável $LSAT_{t-1}$ quanto a variável LN_AT apresentaram estacionariedade, visto que em ambos os casos se rejeita a hipótese nula de que todos os painéis apresentam raiz unitária. Assim, atende-se ao teste de adequabilidade do GMM, indicando a possibilidade de sua utilização.

Em seguida, foi realizada a estimação do modelo, por meio do GMM sistêmico. Na Tabela 4, são apresentados os resultados dos testes de autocorrelação de Arellano e Bond, de Sargan/Hansen, para verificação da exogeneidade dos instrumentos e de Diferença de Hansen, para validação do GMM sistêmico, além dos resultados do modelo.

Tabela 4 – Estimação do modelo por GMM

Verificação dos pressupostos de adequabilidade		
Testes	Estatística	p-valor
Arellano-Bond AR(1)	$z = -2,12$	0,034
Arellano-Bond AR(2)	$z = -0,10$	0,917
Sargan	$\chi^2 = 53,62$	0,000
Hansen	$\chi^2 = 8,22$	0,997
Dif. Hansen	$\chi^2 = 0,51$	0,476
Wald	$\chi^2 = 197,33$	0,000
Estimação do GMM		
Variáveis	Coefficiente	p-valor
$LSAT_{t-1}$	0,9170	0,005***
$VJ*LSAT_{t-1}$	-0,9228	0,015**
LN_AT	0,0152	0,023**
Constante	-0,2300	0,041**
Nº de observações	109	
Nº de grupos	12	
Nº de instrumentos	26	

*** significativo a 1%, ** significativa a 5%

Notas: Utilizou-se como instrumento a variável LN_AT .

Considerou-se endógeno a variável defasada do lucro líquido ($LSAT_{t-1}$). Assume-se que os demais regressores são exógenos.

Fonte: elaborado pelos autores

De forma geral, o modelo estimado é válido, visto que as variáveis não são estatisticamente iguais a zero, de acordo com o resultado do teste de Wald ($\chi^2 = 197,33$; p-valor = 0,000). Em relação à autocorrelação é possível validar o modelo como adequado, visto que ele apresenta uma autocorrelação de primeira ordem negativa e significativa à 5% ($z = -2,12$; p-valor = 0,034) e não apresenta autocorrelação de segunda ordem ($z = -0,10$; p-valor = 0,917).

Como os testes de Sargan e Hansen para validação dos instrumentos do modelo apresentaram resultados diferentes, optou-se pela observação do teste de Hansen, por ser mais robusto. Observando a Tabela 4, não se rejeita a hipótese nula do teste ao nível de 5% de significância ($\chi^2 = 8,22$; p-valor = 0,997), ou seja, os instrumentos utilizados no modelo são válidos. Por fim, o Teste de Diferença de Hansen apresenta que o GMM sistêmico é válido, visto que não se rejeita a hipótese nula ($\chi^2 = 0,51$; p-valor = 0,476) ao nível de significância de 5%, mostrando-se adequada sua utilização para o conjunto de dados trabalhados neste estudo.



São Paulo 27 a 29 de julho 2022.

Dessa forma, com todos os pressupostos atendidos, pode-se prosseguir à análise dos coeficientes.

O coeficiente λ , determinante da persistência do lucro, é significativo e apresenta valor positivo. Dessa forma, pode-se concluir que a amostra, composta exclusivamente por empresas do segmento de exploração de imóveis, apresentou um lucro persistente no período estudado, com coeficiente de 0,9170.

Em seguida, observou-se o efeito do critério de mensuração das PPIs na persistência dos lucros dessas empresas. Inicialmente, aponta-se que a variável $VJ*LSAT_{t-1}$ foi significativa, indicando que a combinação da *dummy* VJ com o LSAT defasado em um ano se relaciona com o LSAT do ano corrente. Contudo, seu coeficiente foi negativo, indicando um reflexo inverso: o LSAT do ano anterior das empresas que optam pelo valor justo como critério de mensuração do PPI impacta negativamente no LSAT do ano corrente. Esse resultado vai de encontro ao que foi constatado na análise descritiva dos dados, em que as empresas que optam pelo custo histórico apresentaram melhor desempenho econômico do que as empresas que adotam o valor justo como critério de mensuração das PPI.

Utilizando a metodologia proposta por Santos e Silva (2020), somou-se os coeficientes λ e β_2 , a fim de determinar a persistência dos lucros da opção por valor justo. O resultado desta operação apresentou um coeficiente de -0,0058, indicando que a avaliação das PPI pelo critério de valor justo está relacionada a uma perda da persistência do lucro das empresas do segmento de exploração de imóveis. Dessa forma, observa-se que, embora o lucro destas empresas no geral seja persistente, ao se considerar apenas aquelas que optam pelo valor justo como método de avaliação das PPI, esta persistência não se mantém. Este resultado corrobora os achados de Santos e Silva (2020) e se contrapõe ao encontrado de Yao et al. (2017), que estudaram o efeito da mensuração dos ativos a valor justo na persistência do lucro.

Uma possível explicação para esse resultado está na possibilidade de julgamento ao determinar o valor justo da PPI, em que não há obrigatoriedade de se ter um avaliador técnico independente para determinar esse valor (CPC, 2009). Isto pode abrir margem para um maior gerenciamento dos resultados, ao mensurar enviesadamente o valor justo, e, por conseguinte, uma redução no poder preditivo dos lucros, ou seja, tornando-os menos persistentes (Brunozi Júnior et al., 2017; Alcoforado, Silva & Ávila, 2019). Além disso, Taplin, Yuan e Brown (2014) evidenciam que empresas com maior volatilidade nos resultados tendem a utilizar mais o método do valor justo do que do custo histórico, o que pode explicar a não persistência do lucro por parte das organizações que optam por esta metodologia de apuração.

Por fim, a variável de controle tamanho, mensurada pelo logaritmo natural do ativo total (LN_AT), foi significativa ao nível de 5% e apresentou coeficiente positivo, o que mostra que quanto maior a empresa, maior tende a ser o seu lucro líquido.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo analisar a influência da escolha contábil do critério de mensuração das propriedades para investimento na persistência do lucro líquido das empresas exploradoras de imóveis listadas na [B]³. Para isso, foram selecionadas todas as empresas listadas na [B]³ no segmento “exploração de imóveis” e que apresentavam saldo na conta Propriedades para Investimento, nos anos de 2010 a 2020, perfazendo um total de 121 observações. Foi realizada uma análise descritiva de dados e uma estimação por GMM, a fim de cumprir com o objetivo proposto.

Em geral, os resultados da análise da estatística descritiva sugerem um melhor desempenho econômico para as empresas que utilizam o custo histórico como critério de



São Paulo 27 a 29 de julho 2022.

mensuração para as PPI em relação às companhias que adotam o valor justo. Esse resultado vai de encontro ao apontado por Taplin, Yuan e Brown (2014). Com relação à persistência dos lucros, foi observado que as empresas do segmento exploração de imóveis apresentam, em geral, um lucro persistente no período estudado. Contudo, percebe-se uma redução nesta persistência ao verificar apenas as empresas que optaram pelo valor justo para mensuração das PPIs, indicando que não há persistência no lucro das entidades que fazem essa opção.

Os resultados desta pesquisa convergem com alguns estudos anteriores, como Alcoforado, Silva e Ávila (2019) e Santos e Silva (2020), no que diz respeito ao impacto do critério de mensuração a valor justo em ativos na persistência do lucro das empresas, tendo em vista que esta metodologia possibilita maior viés na determinação do valor dos ativos, influenciando em um maior gerenciamento de resultados e, por conseguinte, menor persistência do lucro.

A contribuição deste estudo consiste no fato de verificar a influência do critério de mensuração das PPI na persistência do lucro e, como consequência, na qualidade dos lucros, visto que este grupo de contas representou, em média, mais de 70% dos ativos das empresas que compuseram a amostra do estudo. Analisar essa influência contribui para a literatura acerca da qualidade da informação contábil, uma vez que a discussão ainda é incipiente, principalmente em se tratando do critério de mensuração das PPI, e também contribui aos acionistas e investidores, que podem aplicar o resultado deste estudo no processo de tomada de decisão de investimentos, visto que as empresas que mensuram as PPI por custo histórico apresentam persistência do lucro, enquanto as que optam por VJ não evidenciam esta situação.

O estudo limita-se a estudar as empresas exploradoras de imóveis, dada a representatividade das PPI em seus ativos. Dessa forma, não pode-se inferir que o resultado encontrado nesta pesquisa seja abrangente para qualquer tipo de empresas. Além disso, a pesquisa contou com um número restrito de observações, visto que poucas empresas listadas na [B]³ estão classificadas no referido segmento e, também, pelo fato de que apenas em 2010 foi estabelecida a faculdade do critério de mensuração das PPI.

Como sugestão para pesquisas futuras, indica-se a possibilidade de analisar o gerenciamento de resultados em empresas do segmento de exploração de imóveis, a fim de verificar se o critério de mensuração das PPI influencia no gerenciamento. Além disso, há margem para aumentar a amostra, considerando empresas de outros países que também adotem o IFRS para comparação com os resultados deste estudo.

REFERÊNCIAS

- Alcoforado, E. A. A. G., Silva, K. A., & Ávila, L. A. C. (2019). Gerenciamento de Resultados no Setor de Locação Imobiliária. *Enfoque Reflexão Contábil*, 38(2), 103-122.
- Batista, F. F., & Paulo, E. (2020). Conservadorismo e Mensuração das Propriedades para Investimento no Setor de Exploração de Imóveis. *Sociedade, Contabilidade e Gestão*, 15(2), 1-19.
- Basu, S. (1997). The conservatism principle and the asymmetric timeliness of earnings 1. *Journal of accounting and economics*, 24(1), 3-37. [https://doi.org/10.1016/S0165-4101\(97\)00014-1](https://doi.org/10.1016/S0165-4101(97)00014-1)
- Blundell, R., & Bond, S. (1998). Initial conditions and moment restrictions in dynamic panel data models. *Journal of Econometrics*, 87(1), 115-143.



São Paulo 27 a 29 de julho 2022.

- Brunozi Júnior, A. C., Ott, E., Coelho, D. M., Menegat, L. A., & Webber, F. L. (2017). Persistência e Value Relevance Dos Resultados Contábeis Com A Adoção Das Ifrs: Um Estudo Em Empresas De Países Do G20. *Enfoque: Reflexão Contábil*, 36(3), 33-51.
- Castro Junior, F. H. F. D., & Yoshinaga, C. E. (2012). Coassimetria, cocurtose e as taxas de retorno das ações: uma análise com dados em painel. *RAM. Revista de Administração Mackenzie*, 13, 110-144.
- Cotrim, V. S., Zanolla, E., & Carmo, C. H. S. (2020). Determinantes da Escolha Contábil em Propriedade para Investimento: Análise das Companhias Imobiliárias do Brasil, China e África do Sul. *Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ*, 25(2), 3-18.
- Cunha, P. R., Silva, A., & Rohenkohl, L. B. (2019). Deficiências de Controle Interno e Escolhas Contábeis Conservadoras e Oportunistas. *Contabilidade, Gestão e Governança*, 22(3), 368-385.
- Dechow, P. M. & Dichev, I. (2002). The Quality of the Accruals and Earnings: the role of accruals estimation errors. *The Accounting Review*, v. 77.
- Dechow, P. M. & Schrand, C. M. (2004) Earnings quality. New York, NY: *Research of Foundation of CFA Institute*.
- Dechow, P. M.; Ge, W. & Schrand, C. M. (2010). Understanding earnings quality: A review of the proxies, their determinants and their consequences. *Journal of Accounting and Economics*, 50(2), 344-401.
- Dichev, I. D., Graham, J. R., Harvey, C. R., & Rajgopal, S. (2013). Earnings quality: Evidence from the field. *Journal of Accounting and Economics*, 56(2-3), 1-33.
- Edwards, E. O., & Bell, P. W. (1961). The Theory and Measurement of Business Income. Berkeley: *University of California Press*.
- Fasan, M., & Marcon, C. (2018). Accounting Choice under IFRS: The Role of Accounting Tradition and Managerial Opportunism. *International Journal of Academic Research in Accounting, Finance and Management Sciences*, 8(3), 209-223.
- Fields, T. D., Lys, T. Z., & Vincent, L. (2001). Empirical research on accounting choice. *Journal of accounting and economics*, 31(1), 255-307. [https://doi.org/10.1016/S0165-4101\(01\)00028-3](https://doi.org/10.1016/S0165-4101(01)00028-3)
- Fonseca, C. V. C., & Silveira, R. L. F. D. (2016). Governança corporativa e custo de capital de terceiros: evidências entre empresas brasileiras de capital aberto. *REAd. Revista Eletrônica de Administração (Porto Alegre)*, 22, 106-133.
- Francis, J. (2001). Discussion of empirical research on accounting choice. *Journal of Accounting and Economics*, 31(1), 309-319. [https://doi.org/10.1016/S0165-4101\(01\)00017-9](https://doi.org/10.1016/S0165-4101(01)00017-9)
- Francis, J., Lafond, R., Olsson, P. M., & Schipper, K. (2004). Costs of equity and earnings attributes. *The Accounting Review*, 79(4), 967-1010.
- Hassim, Y. L., Paulucci, C. C., & Ciasca, D. N. (2019). Escolhas contábeis e as propriedades para investimento: o caso brasileiro em empresas do subsetor de exploração de imóveis listadas na B3. *Revista Linceu On-line*, 9(2), 106-126.



São Paulo 27 a 29 de julho 2022.

- Hu, J., Li, A. Y., & Zhang, F. F. (2014). Does accounting conservatism improve the corporate information environment?. *Journal of international accounting, Auditing and Taxation*, 23(1), 32-43. <https://doi.org/10.1016/j.intaccudtax.2014.02.003>
- IFRS Foundation (2010). *International Accounting Standard 40 (IAS 40)*. Investment Property. Recuperado de <https://www.ifrs.org/issued-standards/list-of-standards/ias-40-investment-property/>
- Iudícibus, S. D., & Martins, E. (2007). Uma investigação e um proposição sobre o conceito e o uso do valor justo. *Revista Contabilidade & Finanças*, 15(n. espe), 09-18.
- Kolozsvári, A. C., & Macedo, M. A. S. (2016). Análise da Influência da Presença da Suavização de Resultados sobre a Persistência dos Lucros no Mercado Brasileiro. *Revista Contabilidade & Finanças*, 27(72), 306-319.
- Laux, C. & Leuz, C. (2009). The crisis of fair-value accounting: Making sense of the recent debate. *Accounting, Organizations and Society*, 34, 826-834.
- Lev, B. (1983). Some economic determinants of time-series properties of earnings. *Journal of Accounting and Economics*, 5, 31-48.
- Lopes, W. C., Macedo, M. A. S., & Sarlo Neto, A. (2021). Relação entre BTD e Persistência de Resultados: Um Estudo Após Lei Nº 12.973/2014 no Mercado Brasileiro. *Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade*, 11(1), 4-19.
- Palepu, K. G., Healy, P. M., & Bernard, V. L. (2004). *Business analysis and valuation: using financial statements*. 3. ed. Ohio: Thomson Learning.
- Paulo, E., Cavalcante, P. R. N., & Melo, I. I. S. L. (2012). Qualidade das informações contábeis na oferta pública de ações e debêntures pelas companhias abertas brasileiras. *Brazilian Business Review*, 9(1), 1-26.
- Pimentel, R. C., & Aguiar, A. B. (2012). Persistência de lucros trimestrais: uma investigação empírica no Brasil. *Brazilian Business Review*, 10(edição especial BBR Conference), 39-57.
- Pinto, M. J. T., Martins, V. A., & Silva, D. M. (2015). Escolhas Contábeis: o Caso Brasileiro das Propriedades para Investimento. *Revista Contabilidade & Finanças - USP*, 26(69), 274-289.
- Santos, Y. B., & Silva, R. L. M. (2020). Persistência do Lucro e do Valor Justo em Empresas não Financeiras: Evidência da América Latina. In: *XX USP International Conference in Accounting*, 20, São Paulo.
- Schipper, K., & Vincent, L. (2003). Earnings quality. *Accounting Horizons*, 17, 97-110.
- Silva, J. P., Bonfim, M. P., Niyama, J. K., & Silva, C. A. T. (2017). Adoção Ao Padrão IFRSs e Earnings Quality: A Persistência Do Lucro Das Empresas Listadas Na Bm&Fbovespa. *Revista de Contabilidade e Organizações*, 11(29), 46-55.
- Soto, M. (2009). System GMM estimation with a small sample (Working Paper n. 780.08). Disponível em: <https://www.recerca.cat/handle/2072/41978>.
- Souza, F. E. A., Botinha, R. A., Silva, P. R., & Lemes, S. (2015). A Comparabilidade das Escolhas Contábeis na Avaliação Posterior de Propriedades para Investimento: Uma Análise das Companhias Abertas Brasileiras e Portuguesas. *Revista Contabilidade & Finanças - USP*, 26(68), 154-166.



São Paulo 27 a 29 de julho 2022.

- Taplin, R., Yuan, W., & Brown, A. (2014). The use of fair value and historical cost accounting for investment properties in China. *Australasian Accounting Business & Finance Journal*, 8(1), 101-113.
- Wooldridge, J. M. (2002). Inverse probability weighted M-estimators for sample selection, attrition, and stratification. *Portuguese Economic Journal*, 1(2), 117-139.
- Wuerges, A. F. E., Cupertino, C. M., Siqueira, J., & Costa, N. C. A. (2009). Explicando a persistência do lucro anormal das empresas brasileiras: Um enfoque baseado na assimetria do efeito do lucro anormal defasado. *Anais do Encontro Brasileiro de Finanças*, São Leopoldo, RS, Brasil, 9.
- Yao, D., Percy, M., Stewart, J., & Hu, F. (2017) Fair Value Accounting And Earnings Persistence: Evidence From International Banks. *Journal Of International Accounting Research*, 17(1), 47–68.